



UNIVERSIDADE
LUSÓFONA
DO PORTO

Flávia Cristina Pereira da Silva

**AS REPRESENTAÇÕES MEDIÁTICAS DA VIOLÊNCIA
NAS RELAÇÕES DE INTIMIDADE**

Trabalho realizado sob orientação de

Professora Doutora Andreia Machado

As Representações Mediáticas da Violência nas Relações de Intimidade

ULP | 2018



www.ulp.pt

Dezembro 2018



Flávia Cristina Pereira da Silva

**Representações Mediáticas
da Violência nas Relações de Intimidade**

Dissertação de Mestrado em
Psicologia da Justiça: Vítimas de Crime

Trabalho realizado sob orientação da
Professora Doutora Andreia Machado

Dissertação defendida em provas públicas na Universidade Lusófona do Porto no dia
07/12/2018, perante o seguinte júri:

Presidente: Prof.^a Dr.^a Carla Margarida Vieira Antunes

Vogais: Prof.^a Dr.^a Ana Rita Conde Dias (Universidade Lusófona do Porto) - Arguente

Orientador: Prof.^a Dr.^a Andreia Patrícia Guimarães Machado

Dezembro, 2018

É autorizada a reprodução integral desta dissertação apenas para efeitos de investigação, mediante declaração escrita do interessado, que a tal se compromete.

Dedicatória

A todas as vítimas de violência nas relações de intimidade.

Agradecimentos

Aos meus pais, pelo amor, incentivo e perseverança.

Ao meu namorado, pelo suporte, paciência e compreensão.

À Prof.^a Doutora Andreia Machado, pela aprendizagem, assistência e colaboração.

E a todos os meus colegas e amigos, que me ajudaram e incentivaram nesta etapa.

A todos vocês, o meu eterno obrigada!

Representações Mediáticas da Violência nas Relações de Intimidade

Resumo

Os média, enquanto elementos de mediação social, têm um grande impacto na percepção do público pelo modo como retratam a violência nas relações de intimidade. O presente estudo é de cariz qualitativo e visa, através da análise temática de notícias ($n = 44$), a caracterização da violência nas relações de intimidade, dos seus intervenientes e a identificação dos discursos existentes acerca da violência. Os resultados demonstram que os homens são maioritariamente vítimas de violência física e as mulheres de violência psicológica. De igual modo evidenciaram a existência de estereótipos em torno do consumo de substâncias e da violência sexual e a transmissão de discursos desculpabilizadores e normalizadores da violência. As implicações práticas prendem-se com uma caracterização mais fidedigna deste fenómeno, das vítimas e perpetradores/as e uma maior consciencialização do homem como vítima e da mulher como agressora.

Palavras-chave: violência nas relações de intimidade, média, retratos.

Media portrayals in Intimate Partner Violence

Abstract

The media as an element of social mediation have an important implication in people's perception, by the way they portray the intimate partner violence. The intent of this qualitative study is identify, through the thematic analysis of news ($n = 44$), the description about intimate partner violence, their protagonists, and the speeches about violence. The results obtained highlight that, men are mostly victims of physical violence, while women are of psychological violence. It was also possible to identify stereotypes related to substance abuse and sexual abuse and exculpatory and normalized factors of violence. The practical implications of this study are a better and accurate characterization of the phenomenon, their victims and perpetrators and it is also expected a greater awareness of men as victims and women as perpetrator.

Keywords: intimate partner violence, media, portrayals.

Índice

Enquadramento Teórico	9
Legitimação social da violência nas relações de intimidade	10
Pedido de ajuda	12
Método	15
Questões de investigação	15
<i>Corpus</i> de análise	15
Procedimentos	16
Tratamento dos dados	16
Resultados	18
Dimensões presentes na cobertura noticiosa da violência nas relações de intimidade	18
Descrição criminal em função do sexo	18
Estereótipos	25
Discursos sobre a violência	25
Discussão	28
Conclusão	34
Referências Bibliográficas	36

Índice de Tabelas

Tabela 1 - Principais vozes sobre a violência nas relações de intimidade

Tabela 2 - Tipo de crime

Tabela 3 - Identificação do crime

Tabela 4 - Caracterização dos intervenientes

Tabela 5 - Estado relacional

Tabela 6 - *Coping*

Tabela 7 - Escalada da violência

Tabela 8 - Intensidade criminal

Tabela 9 - Impacto do crime

Tabela 10 - Motivação criminal

Tabela 11 - Armas

Tabela 12 - Ato criminal

Tabela 13 - Outras vítimas

Tabela 14 - Crimes conexos

Tabela 15 - Penas

Tabela 16 - Discursos desculpabilizadores da violência

Tabela 17 - Discursos normalizadores da violência

Tabela 18 - Linguagem em torno da notícia

Índice de Siglas

AMC - Associação de Mulheres Contra a Violência

APAV - Associação Portuguesa de Apoio à Vítima

CIG - Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género

HV - Homens Vítimas

MV - Mulheres Vítimas

VD - Violência Doméstica

VE - Violência Económica

VF - Violência Física

VP - Violência Psicológica

VRI - Violência nas Relações de Intimidade

VS - Violência Sexual

UMAR - União Mulheres Alternativa e Resposta

Enquadramento Teórico

A violência nas relações de intimidade (VRI) é um problema de saúde pública (Drijber, Reijnders, & Ceelen, 2012) que afeta a sociedade à escala global (Tjaden & Thonnes, 2000). A sua compreensão carece de atenção às questões específicas e socioculturais de cada país (Gracia, 2004).

Este fenómeno emergiu como objeto de atenção social, a nível internacional na década de 60 do século passado e em Portugal, a partir da década de 90, com uma progressiva consciencialização acerca da gravidade e dimensão do fenómeno (Caridade & Machado, 2006).

A VRI pode assumir-se sob a forma de violência física (VF; e.g., murros), psicológica (VP; e.g., humilhação), emocional (e.g., chantagem), social (e.g., privação de contacto com familiares e/ou conhecidos), económica (e.g., controlo monetário) e sexual (VS; e.g., manter relações sexuais sem desejo mútuo; Manita, Peixoto, & Ribeiro, 2009). Esta pode ocorrer por intermédio de um parceiro íntimo ou um/a ex-parceiro/a, entre relacionamentos heterossexuais, homossexuais, relações de namoro ou relações ocasionais (Caridade & Machado, 2012). Porém, neste estudo, o foco serão as relações heterossexuais.

Inicialmente, observou-se uma feminização do fenómeno, através da corrente feminista, que caracterizava a violência como unidirecional, posicionando o homem no papel de perpetrador (White & Dutton, 2013; Storey & Strand, 2012). Posteriormente, surge a perspetiva dos sociólogos da família, que situa, homens e mulheres nos papéis de vítima e perpetrador/a (Archer, 2000; Hines, Brown, & Dunning, 2007; Lewis & Saratankos, 2001; Machado & Matos, 2014; Machado, 2016; Straus, 2004). Importa mencionar que estas perspetivas utilizam métodos de recolha de informação diferentes, o que consequentemente patrocina interpretações dos resultados divergentes (Machado, 2016).

De acordo com o projeto europeu Dove (Costa et al., 2015) a prevalência de casos entre homens e mulheres, é equivalente, com taxas de VP entre os 48,8% e 54,1%, respetivamente, de VF entre os 9.7% e os 8.5% e de coerção sexual, na ordem dos 23% e 24,5% (Costa et al., 2015). De igual modo, dados dos EUA, obtidos através do National Intimate Partner and Sexual Violence Survey (NISVS, 2017) apontam que, pelo menos uma vez na vida, 47% dos homens e 47% das mulheres sofreram VP, 14% dos homens e 23% das mulheres experienciaram VF, 7% dos homens e 16% das mulheres

experienciaram violência sexual (VS), por intermédio dos seus parceiros íntimos. Em Portugal, a VRI, enquadra-se no artigo 152º do código penal português - crime de violência doméstica (VD). Na categoria crimes contra as pessoas, é o segundo com maior incidência, totalizando 6793 vítimas masculinas e 25.498 vítimas femininas, o grau de parentesco mais reportado é o de cônjuge, com 53,3%, seguido de ex-cônjuge, com 17,2% (RASI, 2017).

A literatura indica que as agressoras perpetram maioritariamente VP, seguida da VF, que é predominantemente de intensidade moderada, sendo a agressão física com sequelas a menos prevalente (Machado & Matos, 2014; Machado, 2016; Nascimento, 2015). De igual modo, os homens praticam, em maior escala, VP, seguida da física e da sexual (Caridade & Machado, 2012; Kronbauer & Meneghel, 2005; Schraiber, Barros, Couto & Albuquerque, 2012). No entanto, a literatura não é consensual a este nível, há estudos que apontam a VF como a mais prevalente entre as mulheres (e.g., Tjaden & Thoennes, 2010).

A experiência de atos abusivos em contexto de intimidade está frequentemente associada a um impacto negativo (Machado, 2016; Manita et al., 2009). A literatura indica níveis similares, de danos físicos e efeitos psicológicos adversos, entre homens e mulheres (Carvalho, & Quintas, 2010; Hines et al., 2007; Machado, 2016; Machado, Matos & Hines, 2016; Moniz, 2017). Não obstante, o impacto pode também evidenciar-se nas vítimas indiretas - as crianças expostas à VRI, tendem a desenvolver perturbação de *stress* pós-traumático (PTSD; Graham-Bermann & Seng, 2005) e esta experiência pode funcionar como um preditor do comportamento violento no futuro (Singer, Miller, Guo, Slovak, & Frierson, 1998).

Legitimação social da violência nas relações de intimidade

Dos fatores, que de uma forma mais expressiva influenciam a legitimação social da violência nas relações íntimas, encontram-se, os fatores socioculturais, a compreensão dos papéis de género, as implicações e limitações do casamento ou de uma relação amorosa e a estrutura familiar (Kohlman et al., 2014).

Os papéis de género diferem do sexo, por não serem características pré-determinadas biologicamente e intrínsecas ao sujeito (Sacramento, 2005). Os papéis de género são construções sociais que remetem para uma ideologia de género que (re)cria e acentua as diferenças entre homens e mulheres (*idem*). Neste sentido, os elementos associados à feminilidade e masculinidade, não se excluem mutuamente, podendo coexistir numa só pessoa (*idem*).

A conceptualização da masculinidade figura-se por um caráter heterogêneo, quando comparada entre culturas (Norman, 2007 citado por Bozkurt, Tartanoglou, & Dawes, 2015), assim como a feminilidade (Betterson, 1987 citado por Mota-Ribeiro, 2005). Especificamente no caso de Portugal, a vivência de um regime fascista, alicerçado num modelo patriarcal, que vigorou até abril de 1974, potenciou crenças de superioridade masculina e inferioridade feminina (Teixeira, 2015).

Nas culturas ocidentais, a masculinidade é estereotipada com características como a independência, estoicismo, força física, agressividade, autoconfiança, competitividade, resiliência, racionalidade e controlo da expressão emocional (Bozkurt et al., 2015; Machado et al., 2016). Por contraposição à feminilidade, em que se associam, traços de maior cooperação, fraqueza física, afetividade, atratividade, sentimentalismo, dependência, gentileza, passividade, pureza, irracionalidade, serenidade, devoção e um estilo comunicativo mais expressivo do que os homens (Demez, 2005; Franklin, 1984; Stets & Burke, 2000 citado por Bozkurt et al., 2015).

Neste sentido, e de forma natural, se percebe que a aquisição/confirmação da masculinidade assenta na negação/oposição àquilo que socialmente é identificado como feminino (Sacramento, 2005) e, portanto, quando o homem não se adequa aos papéis tradicionais de masculinidade e se encontra, por exemplo, no papel de vítima em relações de intimidade - papel este que é de uma forma mais espontânea atribuído à mulher - este é ridicularizado e desacreditado (Carlyle, Scarduzio, & Slater, 2014).

Por outro lado, os discursos sociais, associados ao papel da mulher conduziam-na a tarefas ligadas ao desempenho da maternidade e conjugalidade. Comportamentos como abdicar da licença de maternidade, privilegiar o trabalho ao invés do papel de esposa e mãe, eram condenáveis no âmbito social (Larrauni, 1995 citado por Bessa, 2012). Porém, criminalmente e no que à VRI concerne, as mulheres são normalmente, menos penalizadas (DGRSP, 2018; Quintas, Sousa, & Leite, 2015). Este fenómeno denomina-se por “cavalheirismo judicial”, e surge como forma de proteger a agressora, pelas crenças de inferioridade feminina, resultantes dos regimes patriarcais (Armstrong, 1999).

Simultaneamente, a este processo de acentuação de diferenças entre géneros e aquisição ou confirmação do que é considerado feminilidade ou masculinidade, também os mitos, funcionam como entraves à revelação/denúncia e fazem com que as vítimas se sintam inferiores e incapazes de reagir à violência (Manita et al., 2009). A restrição da VD ao contexto casa/família, deu origem a algumas crenças que limitavam a resolução da

problemática ao domínio privado, como “entre marido e mulher não se mete a colher”. Outros como “bater é sinal de amor” (Caridade & Machado, 2012) e “a violência só ocorre sob efeito de álcool” (Manita et al., 2009), transferiam a responsabilidade do agressor, para os seus sentimentos ou consumos, o que promovia a desculpabilização do mesmo e dos seus atos. No que à violência contra os homens diz respeito veicula-se a crença que esta acontece apenas em autodefesa (Campos, 2016; Machado, 2016).

Pedido de ajuda

As questões histórico-culturais legitimam as relações de poder e desigualdades de género, neste sentido, o âmbito relacional, torna-se um terreno fértil à prática de violência (Meyer, 2009, citado por Acosta, Gomes, Fonseca, & Gomes, 2015). Em Portugal, já existem várias instituições com respostas direcionadas à VRI, como, a Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género (CIG), Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV) União de Mulheres Alternativa e Resposta (UMAR), Associação de Mulheres Contra a Violência (AMCV), ainda que a rede de apoio tenha sido elaborada tendo por base as mulheres como vítimas (Batista, 2014).

Pese embora a violência contra os homens se tenha afirmado, há alguns anos no panorama internacional, com a autora Steinmetz (1977-1978), a nível nacional, a consciencialização do homem como vítima, só agora começa a consolidar-se e abarca consigo, algumas carências, nomeadamente ao nível das respostas disponíveis (Machado, 2016). Consequentemente, muitos homens sentem-se desorientados, porque não têm linhas orientadoras quanto aos procedimentos a adotar quando se encontram no papel de vítima (Cook, 1997, citado por Carlyle et al., 2014).

A invisibilidade e ridicularização dos homens vítimas (Carlyle et al., 2014) contribui para que estes se sintam envergonhados por sofrerem vitimação na intimidade, o que, inevitavelmente, dificulta o pedido de ajuda (Conde & Machado, 2010).

De igual modo, também o grau em que um homem está em conformidade com as normas de masculinidade, está associado a atitudes negativas de pedido de ajuda, mais estigma em relação a esta procura e taxas mais baixas de procura de ajuda formal e informal (Cortenay, 2000; Smith, Tran & Thompson, 2008 citado por Machado et al., 2016).

A espelhar esta dificuldade encontram-se as estatísticas nacionais (APAV, 2017) que revelam, em contexto de relações de intimidade heterossexuais, um total de 3843 pedidos de ajuda, dos quais 285 são homens e 3558 são mulheres.

A violência nos média: a dessensibilização e a desculpabilização

A violência aparece retratada em vários veículos dos média, como, jornais, programas, anúncios e filmes (Blackford, Gentry, Harrison, & Carlson, 2001; Blackley, Jamieson, & Romer, 2012 citado por Busching, Allen, & Anderson, 2016).

Enquanto fortes elementos de disseminação de informação (Carll, 2003) os média começaram a ser estudados, por forma a explicar o efeito das suas mensagens no público, e, neste âmbito, duas teorias parecem explicar esta relação, a da psicologia experimental, que indica fatores mediadores como a credibilidade das fontes, argumentos, estruturação interna e qualidade formal da mensagem (Heath & Gilbert, 1996; Reiner, 1997, citado por Conde & Machado, 2010). Baseando-se nestas características o público filtra as notícias congruentemente com as suas atitudes, interesses, predisposições, motivações e nível cultural (*idem*). Por outro lado, a sociologia empírica, aponta, além dos média, a figura do líder de opinião e a influência do grupo de pertença, como elementos de mediação social (Penedo, 2003).

A relação entre média e o público, foi igualmente estudada, em termos do impacto associado à exposição da violência nos média (Anderson, & Bushman, 2002; Bushman, Huesmann, 2006). Anderson e colaboradores (2003) constataram uma associação entre exposição e a predisposição a atitudes, valores e comportamentos agressivos, no público. Fanti e colaboradores (2009) demonstraram que a exposição pode levar à dessensibilização do público acerca dos comportamentos violentos. De acordo com os autores, os indivíduos tendem a reduzir o impacto psicológico provocado pela exposição de conteúdos violentos, assim como, tendem a sentir-se menos empáticos para com as vítimas deste crime (*idem*).

Posto isto, as representações mediáticas da VRI, devem ser uma área primária de estudo e intervenção, devido à sua influência no público (Carll, 2003). Os média têm um papel preponderante nos retratos e na forma que transmitem os problemas de ordem pública, pelas importantes repercussões, seja ao nível da compreensão do público sobre o problema, ao nível das perceções do risco, das respostas políticas (Sotirovic, 2003; Yanovitzky & Bennett, 1999, citado por Carlyle et al., 2014), das crenças e perceções dos comportamentos que são tidos como normativos e aceitáveis nos relacionamentos íntimos (Carlyle, Slater, & Chakroff, 2008). Assim, torna-se fundamental analisar os discursos transmitidos à comunidade.

Os média, tendem a passar a imagem de vítima “ideal”, isto é, um sujeito, que ao experienciar um crime, a maioria da população concorda com o *status* completo do que é

ser vítima (Greer, 2007). Aqui inserem-se os que são percecionados como indefesos, vulneráveis, inocentes e dignos de compaixão como é o caso das crianças, mulheres e idosos, por outro lado, jovens, homens, sem-abrigo ou indivíduos com problemas de drogas, são dificilmente identificados como vítimas, o que inviabiliza, a aquisição do *status* e de uma condenação em tribunal pela vitimação sofrida (*idem*).

A cobertura noticiosa da VRI indica uma sobre-representação de casos de extrema violência (Wilcox, 2008 citado por Isaacs, 2016). A maior cobertura é dedicada a homicídios entre parceiros íntimos e outros casos incomuns, por seu turno, assiste-se a uma sub-representação de outros casos como o abuso psicológico e abuso verbal, considerados demasiado comuns para ser notícia (*idem*).

Relativamente às motivações criminais, no caso das agressoras, apresentam-se as discussões, conversas e/ou romances, questões monetárias, crimes passionais, influência de álcool e/ou drogas e doença mental, por ordem de frequência (Carlyle et al., 2014).

Relativamente aos agressores, surgem, predominantemente, motivações relacionadas a discussões, não-aceitação do término do relacionamento e ciúmes da parceira (Santos & Lima, 2013).

Scarduzio e colaboradores (2016) identificaram na sua análise mediática, que as mulheres se envolvem em comportamentos abusivos por razões externas (e.g., provocada), como resposta à ação de outrem e em último recurso. Contrariamente, os homens envolvem-se em comportamentos violentos, por razões internas (e.g., raiva) como forma de mostrar controlo e poder.

Os média tendem desculpabilizar a violência contra os homens por infidelidade da vítima, autodefesa, *stress* emocional e razões económicas, por ordem de frequência (Carlyle et al., 2014). As mulheres tendem a ser desculpabilizadas por infidelidade da vítima, abuso de substâncias, historial criminal e pela fraca prestação de suporte ao parceiro ou pela falha nas competências maternas (Chesney-Lind & Chagnon, 2017).

No que às questões emocionais concerne, as perpetradoras são frequentemente caracterizadas como excessivamente emocionais e os perpetradores como, fora de controlo ou por raiva (Scarduzio, Carlyle, Harris & Savage, 2016).

Assim, com o presente estudo, pretende-se analisar os retratos veiculados pelos média em Portugal, tendo em conta o sexo da vítima. Mais especificamente, pretende verificar-se: se existem diferenças no relato; se existem estereótipos difundidos; e a forma como os media desculpabilizam ou não a violência feminina ou masculina.

Esta investigação pauta-se pela inovação, uma vez que a literatura nacional sobre o fenómeno é praticamente inexistente, ressaltando apenas um estudo relacionado com a construção mediática das relações de intimidade, associada a homicídios (Alves, 2015). De igual modo, figura-se de carácter pertinente, uma vez que a literatura internacional evidencia desigualdades de género ao nível dos retratos veiculados pelos média, bem como, pela invisibilidade ou fraca cobertura noticiosa de homens vítimas de VRI.

É importante salientar que a forma como os média transmitem determinada mensagem pode moldar a maneira como o público percebe a vitimação (McManus & Dorfman, 2003). Por exemplo, se a vítima é caracterizada negativamente, a comunidade pode percecionar que a vítima mereceu e que consequentemente a violência é aceitável.

Método

Questões de investigação (QI)

Pretende-se estudar: a) Quais as dimensões presentes na cobertura noticiosa da VRI? b) Qual a descrição criminal em função do sexo? Existem diferenças, se sim, quais? c) Se são encontrados estereótipos na transmissão da informação à comunidade? Se sim, quais? d) Quais os discursos existentes acerca da violência?

Corpus de análise

O *corpus* documental constitui-se por 44 notícias decorridas entre o ano de 2014 a 2018. A recolha foi realizada entre outubro de 2017 e maio de 2018.

O número de notícias é igualitário ($n = 22$), com uma média total de 225 palavras para homens vítimas (HV), e de 251 palavras para mulheres vítimas (MV). No caso do contexto português, o volume noticioso de vitimação contra mulheres é eminentemente superior quando comparado com a vitimação contra os homens, no entanto, optamos por não inserir mais notícias sobre MV com o objetivo de ressaltar um possível viés na análise.

Mediante a análise estatística da Associação Portuguesa de Controlo de Tiragem e Circulação, foram selecionados dois jornais, pertencentes ao top cinco de vendas, no 1º semestre do ano de 2018, um de cariz mais sensacionalista - Correio da Manhã, e outro de cariz mais realista - Jornal de Notícias.

A recolha foi efetivada online, devido a uma maior facilidade no acesso aos dados e pela maior agilidade proporcionada no processo de importação das notícias para *Microsoft Word* para posterior armazenamento, codificação e análise no *QSR NVivo 10*.

As palavras-chave utilizadas na pesquisa foram: violência doméstica, violência conjugal e violência nas relações de intimidade.

No Correio da Manhã, foram contabilizadas, através da amálgama das supramencionadas palavras, 13299 entradas, enquanto para o Jornal de Notícias, contabilizaram-se 1655. Neste sentido, a maioria do nosso *corpus* de análise, provêm do Correio da Manhã, com 21 para a vitimação contra os homens e 16 para violência contra as mulheres. Consequentemente, o Jornal de Notícias detém a menor proporção, com uma notícia para HV e seis para MV.

Designaram-se como critérios de inclusão, para integrar a análise, a descrição de uma situação de VRI, a ocorrer em território nacional, entre (ex)casais ou equiparados heterossexuais. Relativamente aos critérios de exclusão, consideraram-se, formas de vitimização que não resultassem em homicídios ou tentativas de homicídios e a existência de violência bidirecional.

Procedimentos

Para a recolha do *corpus* de análise, acedemos através da *internet* ao motor de busca *Google*, onde pesquisamos notícias nos *sites* dos jornais supramencionados.

Recorremos ao programa *Microsoft Word*, para transcrição e armazenamento do material coletado e utilizado o *software QSR NVivo 10*, para armazenamento do material, codificação e análise dos dados.

Tratamento dos dados

A natureza do estudo é qualitativo exploratório e a epistemologia subjacente é a construcionista social. Deste modo, os papéis de género são encarados como construções, definidas em função das experiências vividas em sociedade, e é, também, neste contexto que se delimita o que é característico de ser feminino ou masculino e as atitudes e comportamentos associados a cada papel. Apesar de existirem características associadas a cada sexo, o carácter (re)construtivo, fruto da evolução, possibilita, aceita e normaliza que, em ambos os sexos coexistam características associadas a cada género. Considera-se, de igual modo, que a caracterização dos comportamentos que são aceitáveis ou não em contexto de VRI, também se delimita, tendo por consideração o que os média veiculam como condenável ou não. De igual modo, consideramos preponderante o papel atribuído aos média, ao tornar visível, formas de violência, que até então se encontravam no âmbito oculto ou pouco mediatizado, como é o caso da VRI contra os homens e a violência sexual no seio do casamento, o que pode moldar, a percepção do público, nomeadamente no seu

não enquadramento no domínio da VRI ou na sua inexistência como fenómeno digno de resolução na esfera pública.

A abordagem selecionada para o tratamento dos dados foi a análise temática (Braun & Clarke, 2006). Esta envolve a busca ativa de padrões de significado/temas, seleção e descrição dos dados (Braun & Clarke, 2006).

De acordo com Braun e Clarke (2006), a análise temática é um processo sequencial, porém, não é linear, uma vez que, todo o processo, de codificação, análise e interpretação, está constantemente a ser refinado e enriquecido, o que implica constantes avanços e recuos.

A primeira tarefa realizada foi a recolha e familiarização com os dados, através da leitura, releitura e transcrição do material, com vista a um fundamental e indispensável conhecimento profundo. De seguida e através de uma análise indutiva, foram identificados códigos iniciais, que captassem características comuns do conjunto dos dados.

No terceiro passo, foi necessário, regressar ao *corpus* documental, e voltar a ler e reler, de forma a perceber as categorias (temas) que ainda estavam por descobrir.

Na quarta tarefa, a revisão dos temas e a criação dos subtemas, foi indispensável, para posteriormente se verificar, num primeiro nível, se os temas fazem sentido isoladamente e num segundo nível, se fazem sentido em relação ao conjunto total de dados. Desta forma, é delineado o mapa temático da análise, designando e nomeando conceitos claros para cada tema.

No quinto passo - a definição e nomeação final dos temas - a análise contínua e comparativa de todo o material, foi condição imprescindível, por forma a refinar as especificidades de cada tema e subtema e perceber a história geral que os dados “contam”.

Por fim, - o sexto passo -, consiste na produção da análise final, realizada tendo em conta as categorias e os extratos codificados, a literatura recolhida e as questões de investigação, elaborando assim, um relatório científico da análise produzida (Braun & Clarke, 2006).

Como critério de validade, recorremos a um co-codificador, para analisar 30% do *corpus* documental, selecionado de forma aleatória. Para mensurar o grau de acordo entre codificadores, utilizamos a fórmula de Vala (1986) $F = 2 (C1, 2) / C1 + C2$, que consiste em dividir o número de acordo entre codificadores pelo total de categorizações efetuadas por cada um. Através de $F = 2 (270) / 300 + 302$, obteve-se um índice de fidelidade de

0.89, que é considerado um grau de acordo muito satisfatório. As codificações discrepantes foram discutidas, atingindo-se o consenso.

Resultados

QI. a) Quais as dimensões presentes na cobertura noticiosa da VRI?

A partir da análise, foi possível identificar quais as principais mensagens/ideias veiculadas acerca da VRI: 1) caracterização; 2) estereótipos e 3) discursos sobre a violência. Cada um destes grandes temas é composto por subtemas que serão dispostos por ordem de periodicidade nos dados (Tabela 1).

Tabela 1
Principais vozes sobre a VRI

Tema	Subtema
Caracterização da VRI	Tipo de crime
	Caracterização dos intervenientes
	Estado relacional
	Impacto
	Penas
	Motivação criminal
	Intensidade
	Armas
	<i>Coping</i>
	Crimes conexos
	Escalada
	Outras vítimas
	Identificação do crime
	Ato criminal
Estereótipos	Consumos
	VS
	Desemprego
	Problemas mentais
Discursos sobre a violência	Pedido de ajuda
	Desculpabilizadores
	Normalizadores

QI. b) Qual a descrição criminal em função do sexo?

Serão de seguida apresentadas as desigualdades e uniformidades entre homens e mulheres, segundo a representação dos média.

Tabela 2
Tipo de crime

	HV	MV
	Fontes/Referências (F:R)	F:R
VP	17:18	29:32
VF	27:32	24:25
VS	-	7:7
<i>Stalking</i>	2:2	3:4

De acordo com o retrato veiculado pelos média, os HV são maioritariamente mediatizados quando são vítimas de VF “agrediu-o com bofetadas, pontapés, bateu-lhe com uma vassoura, atirou-lhe tachos e painéis, fez-lhe vários arranhões na face e partiu-lhe um braço”, enquanto as mulheres encontram-se maioritariamente associadas a VP “o homem iniciava discussões com a ofendida sempre por ciúmes desta ou por estar embriagado”. Relativamente à VS, no caso dos HV observa-se uma inexistente mediação desta forma de violência (Tabela 2).

Tabela 3
Identificação do crime

	HV	MV
	F:R	F:R
Pelo próprio	7:8	8:8
Pela comunidade	4:4	-
Pelos órgãos criminais	-	2:3
Pelos órgãos de saúde	1:1	-

Entende-se por identificação criminal, o sujeito que percecionou o ato como condenável e mobilizou o pedido de ajuda. Neste sentido, os média retratam que as mulheres se identificam em maior número, como vítimas, do que os homens “a vítima foi ameaçada de morte pelo homem, mas conseguiu alertar o agente da PSP de serviço no local” (Tabela 3).

De acordo com os média, o contexto em que mais se propicia a violência é na habitação. De igual modo, também no que respeita à zona do crime, não existem diferenças.

Relativamente à caracterização dos intervenientes, utilizamos para definições meramente sociodemográficas, três intervalos etários: até aos 40 anos de idade - um adulto jovem; dos 41 aos 59 - meia-idade; e dos 60 em diante, idoso (Levinson, 1977).

Tabela 4
Caracterização dos intervenientes

	HV	MV	Agressoras	Agressores
	F:R	F:R	F:R	F:R
Adulto jovem	3:3	6:6	10:10	8:8
Meia-idade	7:7	3:3	5:5	4:4
Idoso	3:3	1:1	3:3	5:5

Para o efeito, no nosso *corpus* documental, as vítimas masculinas encontram-se na sua maioria na meia-idade. A restante caracterização é vaga, apresentando-se apenas uma vez para cada característica - emigrante, agente, assistente, pintor da construção civil e são categorizados no que toca às emoções com humilhação (1), medo (1) e surpresa (1).

Relativamente às MV estas situam-se maioritariamente na faixa adulto jovem e as características que lhes aparecem associadas são: amante (1), auxiliar da ação médica (1); emocionalmente são categorizadas com desespero (1), angústia (1), medo (1) e perdão (1), igualmente residuais, apresentando-se uma única vez para cada emoção.

As representações mediáticas direcionadas para os agressores, posicionam-nos a ambos, na fase adulto jovem. No entanto, diferem na caracterização e nas questões emocionais. As agressoras, mediaticamente, são caracterizadas por empregada de limpeza (1), ama (1), polícia (1), empresária (1) e colombiana (1). Enquanto os agressores por desempregado (2), pintor (1), calceteiro (1), soldador (1), engenheiro (1), casado (1), ciumento (1), *skinhead*/neonazi (1), brasileiro (1), idoso (1). Ao nível da mediatização das questões emocionais, as agressoras são maioritariamente categorizadas como excessivamente emocionais (4), frieza (1), revolta (1), insatisfação (1) e mágoa (1). Por outro lado, os agressores são maioritariamente categorizados por ciúmes (5), descontrolo emocional (1) e sintomatologia depressiva (1).

Tabela 5
Estado relacional

	HV	MV
	F:R	F:R
Atual	13:13	18:18
Ex	7:7	5:5
Casado	15:15	17:17
Namoro	7:7	3:3
Tentativa de reconciliação	2:2	-
Relação extraconjugal	-	2:2

De acordo com a informação veiculada pelos média, os relacionamentos atuais e de casados são os que predominam entre as vítimas (Tabela 5).

Tabela 6
Coping dos intervenientes

	HV	MV	Agressoras	Agressores
	F:R	F:R	F:R	F:R
Ajuda formal	6:7	7:7	4:5	-

Ajuda informal	-	3:3	-	-
Fuga	1:1	3:3	3:3	3:3
Agressão	-	-	3:3	-

Nas notícias analisadas, o *coping* mais utilizado pelas vítimas é a ajuda formal “o homem chegou a estar refugiado em casa-abrigo”, “terá sido a própria vítima a pedir ajuda através do serviço de teleassistência” (Tabela 6). Subsequentemente apresenta-se a formalização de queixa (HV $n = 5$; MV $n = 4$).

Segundo os média, também as agressoras utilizam maioritariamente a ajuda formal, os dados revelam ainda que utilizam o sistema a seu favor ($n = 2$), “a direção nacional da PSP, decidiu expulsar uma agente... alvo de queixas de violência doméstica por parte do marido.... sabe-se que a agente vai apresentar uma providência cautelar para travar a expulsão da polícia”. Os agressores apenas utilizam a fuga ($n = 3$), “fugiu quando soube que ia ser denunciado pela mulher”.

As representações mediáticas relativas à frequência, demonstram-se equivalentes - a violência continuada é a mais expressiva, em ambos sexos, totalizando 33 casos - “agressões de que é alvo há vários anos”.

Tabela 7
Escalada da violência

	HV	MV
	F:R	F:R
VP para VF	9:10	3:4
Alargada a diferentes contextos/pessoas	5:5	5:5
Aumento da intensidade da VF	4:4	4:4

De acordo com a visão dos média, os HV evidenciam, maior escalada de VP para VF “as discussões são constantes (...) mas terá sido no domingo que as agressões assumiram contornos mais preocupantes (...) acabou por ser agredido com violência, sofrendo vários ferimentos” e as MV maior escalada alargada a diferentes contextos/pessoas “a filha e as três netas também eram alvo dos maus-tratos por parte do homem”.

Tabela 8
Intensidade criminal

	HV	MV
	F:R	F:R
Baixa	5:5	9:10

Média	6:8	5:5
Elevada	11:19	9:16

A violência mais retratada pelos média nos HV, é a de elevada intensidade “esfaqueou-o, tendo sido suturado nas costas com 11 pontos”. Por outro lado, as mulheres são maioritariamente mediatizadas em violência de baixa intensidade “ameaçava a companheira de divulgação de imagens e vídeos íntimos”, mas também de elevada intensidade, sete casos referentes a VS e as remanescentes, violência continuada ($n = 2$) “sempre que era espancada, a mulher sofria hematomas graves, sendo constantemente assistida numa unidade hospitalar”.

Tabela 9
Impacto do crime

	HV	MV
	F:R	F:R
Psicológico	4:8	13:17
Físico	17:22	9:11
Económico	4:4	2:2

As representações mediáticas tendem a associar os HV, a impacto físico “atirou ácido na direção do companheiro, provocando-lhe ferimentos” e as mulheres a impacto psicológico “diariamente humilhada e aterrorizada, ficando psicologicamente afetada” (Tabela 9). A taxa de assistência médica, nos HV ($n = 15$), nas notícias analisadas é maior do que nas MV ($n = 4$).

Tabela 10
Motivação criminal

	Agressoras	Agressores
	F:R	F:R
Discussões/desentendimentos	14:15	2:2
Não-aceitação da separação	6:6	5:6
Consumo de substâncias	1:1	4:5
Relação extraconjugal	1:1	3:3
Tentativa de reaproximação	2:2	-
Ciúmes	1:1	5:6

De acordo com os média, as principais motivações criminais das agressoras, são discussões/desentendimentos “uma mulher de 60 anos, atacou (...) à facada o marido (...) na sequência de uma discussão conjugal”, a não-aceitação da separação “por se recusar a aceitar a forma como o ex-namorado terminou a relação” e as tentativas de reaproximação “terá tentando mais uma reaproximação, mas tudo descambou entre o casal”. Por outro

lado, veiculam que os agressores se envolvem em comportamentos agressivos, essencialmente por não aceitarem a separação “o casal estaria separado há cerca de um mês e a vítima já teria sido ameaçada de morte pelo companheiro, que não aceitava o fim do relacionamento”, por ciúmes “o agressor terá agido motivado por ciúmes” e por consumo de substâncias “o homem iniciava discussões com a ofendida sempre por ciúmes desta ou por estar embriagado” (Tabela 10).

Tabela 11
Armas utilizadas

	Agressoras	Agressores
	F:R	F:R
Armas brancas	10:10	9:9
Armas de fogo	3:3	1:1
Utensílios	5:7	6:7

Relativamente à utilização de armas, os média transmitem que, são as agressoras que mais recorrem a estas: “atingiu-o com um tiro de caçadeira (...) corre o risco de ser amputado” (Tabela 11). Salientar que, no que às armas brancas concerne, em nove casos as agressoras utilizaram-nas para esfaqueamentos, oito dos quais na zona superior do corpo. Contrariamente ao observado para agressores, em sete dos casos as armas foram utilizadas para ameaça e em dois para agressão física.

O padrão repete-se no que toca às armas de fogo, as agressoras utilizaram, em um caso para dar um tiro e em dois para ameaça, enquanto o agressor utilizou para ameaça.

Tabela 12
Ato criminal

	Agressoras	Agressores
	F:R	F:R
Premeditado	7:9	2:2
Irrefletido	4:4	1:1

Congruentemente com a informação transmitida pelos média, a premeditação do crime observa-se de forma mais expressiva nas agressoras (Tabela 12).

Tabela 13
Outras vítimas associadas

	HV	MV
	F:R	F:R
Filhos	8:9	8:9
Comunidade	1:1	2:2

Órgãos criminais	3:3	-
Atual namorada	2:2	-
Sogra	2:2	-

Segundo os média, os filhos, são em ambos sexos, as maiores vítimas indiretas, devido à sua exposição à VRI “chegou a ameaçar a vítima junto dos filhos menores”, “quando a filha era pequena, batia-lhe para não ir à escola e ficar a tratar dos animais” (Tabela 13).

Tabela 14
Crimes conexos

	Agressoras	Agressores
	F:R	F:R
Violência doméstica	10:10	13:15
Agressões à autoridade	3:3	-
Roubo qualificado	1:2	1:1
Crimes sexuais	-	1:1
Cobrança de dívida difícil	1:1	-
Fraude na obtenção de subsídio	1:1	-
Furto	1:1	-

De acordo com as representações mediáticas e congruentemente com o tipo de violência continuada, os dados indicam que os agressores já se haviam previamente envolvido em atos de VRI. Porém, um reduzido número de vítimas tinha apresentado queixa anteriormente (HV $n = 2$; MV $n = 5$).

Excluindo os crimes diretamente ligados à violência e à sua detenção, denota-se um maior envolvimento das agressoras, em crimes do que os agressores, neste caso crimes de colarinho branco (Tabela 14).

Tabela 15
Penas

	Agressoras	Agressores
	F:R	F:R
Proibição de contactos com a vítima	4:4	8:8
Prisão preventiva	2:2	6:6
Prisão suspensa	2:2	3:3
Prisão efetiva	-	8:8
Programas	1:1	4:4
Indeminização	1:1	3:3
Termo de identidade e residência	2:2	2:2

De acordo com a informação veiculada pelos média, as agressoras são menos penalizadas em contexto de VRI, a medida mais decretada para estas é a proibição de contactos com a vítima e para os agressores, a prisão efetiva e a proibição de contactos com a vítima (Tabela 15).

QI. c) São identificados estereótipos na transmissão de informação à comunidade?

A análise das notícias permitiu identificar a existência de estereótipos em torno da desculpabilização da violência sexual no seio do casamento, transparecendo que não é um ato condenável ($n = 2$). Nestes casos específicos, perspetiva-se a ideia de que a mulher é “obrigada” a satisfazer as necessidades sexuais do marido, pela tónica relacional/marital, como se o marido fosse “dono” da esposa: “o marido exigiu sexo mas ela recusou”, “um homem (...) foi detido (...) por ter violado a própria mulher”.

Foram ainda encontrados estereótipos de associação e marginalização dos desempregados ($n = 2$) e normalização da violência: “um *skinhead*, de 35 anos, desempregado, com historial de agressões à ex-mulher”, “o soldador desempregado terá violado a mulher pelo menos três vezes desde junho”.

Acresce ainda, a mediatização, de estereótipos que associam consumo de substâncias à violência ($n = 4$) “o consumo excessivo de álcool (...) beberá cerca de cinco litros de vinho por dia (...) está associado ao comportamento agressivo do idoso” - este estereótipo verifica-se maioritariamente para agressores. Quanto ao estereótipo relacionado a problemas mentais ($n = 2$) “foi levada para a ala psiquiátrica de um hospital do Porto. Após ser assistida, recebeu alta e regressou a casa” - apenas se encontra associado a agressoras.

Por fim, foram encontrados estereótipos relacionados com o pedido de ajuda em última instância ($n = 2$), associado aos HV: “desesperado, recorreu à GNR a pedir ajuda”, “o marido ficou desesperado, garantindo que não aguentava mais que a esposa lhe batesse”.

QI. d) Quais os discursos acerca da violência?

Tabela 16
Discursos que desculpabilizam a violência

	HV	MV
	F:R	F:R
Discursos dos média desadequados	9:11	3:3
Não-aceitação da separação	6:6	5:6
Ciúmes	1:1	5:6
Sentimentos do/a agressor/a	4:4	2:3

Culpabilização da vítima	4:4	2:3
Consumo de substâncias	1:1	4:5
Relação extraconjugal	1:1	3:3
Problemas mentais	2:2	1:1
Discursos magistrados desadequados	-	3:3
Tentativa de reaproximação	2:2	-
Desculpabilização do agressor	-	1:1

A forma como as notícias são redigidas exacerba ou concede ênfase a características desnecessárias: “esfaqueando-o com uma faca de 18,5cm de comprimento”. Além disso, os discursos que mais desculpabilizam a violência associam-se ao mau uso da linguagem pelos jornalistas “a relação entre (...) quase terminou em tragédia” - o facto de conotarem o crime como uma tragédia, perspetiva a ideia de que foi um acaso, um ato involuntário; por outro lado, a referência ao crime num tom de comédia, faz parecer que não é um problema sério digno de resolução: “pretendia ficar com o carro, mas acabou por sair do edifício levado pelos sapadores”; “agredindo-a fisicamente embora de forma não especialmente grave”.

A não-aceitação da separação é veiculada pelos média como um fator que desculpabiliza a violência das agressoras “magoada por ver a relação amorosa terminada (...) e ao saber que o ex-namorado já tinha outra companheira (...) planeou um assalto violento ao casal” e dos agressores “incendiou a casa onde vivia com a companheira (...) tudo porque ela disse querer a separação”.

Os ciúmes também são, não raras vezes, representados mediaticamente, como fatores desculpabilizadores da violência “o agressor terá agido motivado por ciúmes”. Nesta associação parecem perspetivar a violência como uma faceta do amor.

De igual modo, também as características que se associam às agressoras “em fúria e descontrolada”, “revoltada” e aos agressores “cego de ciúmes”, “aparentemente descontrolado” desculpabilizam a violência perpetrada e parecem transferir a responsabilidade do/a agressor/a para os sentimentos.

Também a culpabilização da vítima, tende a desculpabilizar a agressora “as discussões entre o casal são frequentes, mas o homem perdoa sempre a esposa e regressa a casa, o que voltou a acontecer ontem” e o agressor “a mulher decidiu finalmente pedir ajuda a uma casa-abrigo”. Nestes exemplos denota-se um desconhecimento patente das dinâmicas que mantêm as relações abusivas, a título de exemplo, o ciclo da violência, e,

por outro lado, também se coloca a responsabilidade do término da relação abusiva na vítima.

A violência contra as mulheres tende, de igual modo, a ser desculpabilizada pelos média com, consumos do agressor “o casal tinha saído para jantar e abusou na bebida” e pelo envolvimento em relações extraconjugais “quando um homem solteiro e uma mulher casada se envolveram numa relação extraconjugal”. Por outro lado, a violência contra os homens é desculpabilizada por problemas mentais “a presumível agressora padece de problemas do foro psíquico” e por tentativas de reaproximação “terá tentado uma reaproximação, mas tudo descambou entre o casal”.

Inclusive, os jornalistas também se apropriam dos discursos dos magistrados, por forma a conferir validade à sua notícia. Este uso desadequado, pode potenciar a desculpabilização da violência contra as mulheres “entendeu que o marido, socialmente inserido, agiu num quadro depressivo”, “a juíza presidente assinalou que o arguido mudou o seu comportamento e está atualmente a viver “harmoniosamente” com a esposa”.

Preponderantemente, a violência contra os homens tende a ser desculpabilizada mediaticamente pela não-aceitação da separação, sentimentos da agressora e culpabilização da vítima e nos agressores é desculpabilizada pela não-aceitação da separação, ciúmes e consumo de substâncias.

Tabela 17
Discursos que normalizam a violência

	HV	MV
	F:R	F:R
Características individuais	6:6	4:4
Características da relação	6:6	2:2
Características emocionais	3:3	4:4
Frac atuação criminal	3:3	1:1

A violência continua a ser retratada pelos jornalistas como um problema do indivíduo e das suas características, seja para HV “as discussões entre o casal são frequentes, mas o homem perdoa sempre a esposa e regressa a casa, o que voltou a acontecer ontem, depois de receber alta médica” ou para agressores “o arguido agarrou-a à força e introduziu-lhe um pano molhado com álcool na boca e amarrou-a com arames à cama (...) tinha uma obsessão pela mulher”. De igual modo, também as características da relação aparecem representadas mediaticamente associadas à violência, essencialmente nas agressoras “a relação entre o casal de polícias sempre foi problemática”.

Por fim, a mediatização relacionada à fraca atuação do sistema criminal, também possibilita e normaliza a perpetuação de comportamentos agressivos, principalmente para as agressoras, que não vêem os seus atos condenados.

Tabela 18
Linguagem em torno da notícia

	HV	MV
	F:R	F:R
Condenatória	7:7	7:7
Hipotética	3:5	-
Descentralizadora do caso	2:2	-

A linguagem em torno da notícia foi uma característica merecedora de atenção. Na condenatória, observamos “o carnaval de ovar terminou de forma trágica para um idoso... na sequência de uma discussão em plena A29... a mulher agrediu o marido... o idoso ficou ferido e caiu. Não satisfeita ainda o arrastou pela estrada”, este caso é de importante sinalização devido à identificação do homem como vítima devido à sua idade e à condenação do ato da agressora pela condição de “idoso” da vítima. Especialmente de notar, que mesmo após o período de formalização da queixa e investigação, foram identificadas linguagens hipotéticas em torno da perpetração do crime, pelas agressoras “enquanto a suspeita, após apresentação em tribunal, ficou sujeita à medida de coação”, “alegadamente, a mulher terá agredido a vítima”. Por outro lado, também foram identificados discursos descentralizadores do caso de violência, dando ênfase a outras características, que não a VRI “mulher agride agentes na esquadra, PSP encontrou a mulher agressiva e alterada junto dos filhos”.

Discussão

As notícias transportam consigo ideias e dados, em termos de frequência, que nem sempre correspondem à verdade, seja pela hierarquia de prioridades noticiosas ou pelo objetivo relacionado com as vendas (Wilcox, 2008 citado por Isacs, 2016). Estas pressões, por vezes, funcionam como entrave ao bom desempenho do papel do jornalista. Neste caso específico da VRI, também o conhecimento das dinâmicas abusivas, a consciência dos papéis de género, o cuidado com a linguagem utilizada e a forma como é utilizada, são fatores indispensáveis a um bom desempenho profissional. De outra forma, podem potenciar propostas estereotipadas, desculpabilizadoras e normalizadoras da violência na intimidade, e é neste âmbito, que os dados sugerem a necessidade de intervenção, através da consciencialização e consequente formação dos jornalistas.

As ideias que refletem, em geral, os dados, são a caracterização da VRI e dos seus intervenientes, os estereótipos e os discursos desculpabilizadores e normalizadores da violência. Quanto ao primeiro tópico, os agressores são mais caracterizados do que as vítimas. Isto pode estar associado às crenças de superioridade masculina e à maior consciencialização do homem como agressor.

Outro dado digno de interesse é a terminologia do crime, nos casos em que o/a agressor/a já tinha sido indiciado/a pelo mesmo, nas MV, a maioria, apontam para o crime de violência doméstica, no entanto para os HV, apenas sete das notícias apontam para o crime de violência doméstica, duas para o crime de ofensas à integridade física e uma para o crime de agressão. O que, de facto demonstra, o não enquadramento e a dissociação entre HV e VRI, conforme nos avança Machado (2016), apesar da referência à dinâmica relacional na notícia.

A análise revelou ainda, que os HV apresentam-se maioritariamente na meia-idade, o que não é congruente com as estatísticas nacionais (e.g., RASI, 2017), porém é congruente com estudos que utilizam amostras de conveniência (e.g., Moniz, 2017). Caracterizam-se também por um papel ativo profissionalmente, e pela expressão emocional na base de sentimentos negativos.

Quanto à violência, apresentam-se essencialmente associados à VF, de intensidade elevada, o que vai ao encontro da literatura (Hines et al., 2007; Moniz, 2017; Watson & Parsons, 2005).

Apesar de Nascimento (2015) avançar que a violência menos prevalente é a física com sequelas, isto não é congruente com as notícias analisadas, uma vez que os HV são maioritariamente representados em violência, com recurso a armas (e.g., Lewis & Sarantakos, 2001) com elevado impacto físico (e.g., pneumotórax; Hines et al., 2007; Watson & Parsons, 2005) e necessidade de tratamento médico associado, contrariamente ao avançado por Archer (2000). Estes dados demonstram que, os homens são maioritariamente notícia em questões de VRI, quando a violência é muito grave. Em apenas duas notícias, se identifica como foco a VP em comorbilidade com *stalking*. Isto pode estar associado a crenças de índole patriarcal e de masculinidade, uma vez que, outras formas de violência, nomeadamente a psicológica, podem ser consideradas demasiado “fracas” para atingir os HV. Por outro lado, pode também estar relacionado com a hierarquia de prioridades e vendas, onde se priorizam casos mais “graves”. Porém, esta

hierarquia apenas se verifica nos HV, porque nas MV os casos de VP são eminentemente superiores aos de VF e VS, considerados mais “graves”.

Em contrapartida, a informação mediática veicula que as MV se encontram predominantemente na fase jovem adulto, o que é congruente com as estatísticas nacionais (e.g., APAV, 2017). Apresentam-se maioritariamente relacionadas a VP, de baixa e elevada intensidade (Kronbauer & Meneghel, 2005; Schraiber et al., 2012) e associadas principalmente a impacto psicológico (Carvalho & Quintas, 2010) - porém a literatura não é consensual a este nível (e.g., Archer, 2000).

Congruentemente à literatura avançada (Caridade & Machado, 2012; Kronbauer & Meneghel, 2005; Schraiber, Barros, Couto, & Albuquerque, 2012), os média retratam predominantemente as mulheres como vítimas de VP, seguida VF e da VS.

Quanto à identificação do crime, o nosso *corpus* de análise, aponta que as MV se autoidentificam maioritariamente como vítimas de VRI, isto pode estar associado à maior consciencialização da mulher como vítima e à sua maior “agilidade” no processo de pedido de ajuda. Por outro lado, pode dever-se ao facto de ainda poucos homens se identificarem como vítimas, conforme avança Machado (2016) e Machado e colaboradores (2016).

Um dado importante de ressaltar, na informação transmitida pelos média, reside na identificação do crime, pela comunidade e órgãos de saúde, no que respeita aos HV ($n = 5$), o que pode estar relacionado com a inadequação do homem no papel de vítima e até mesmo, com a vergonha decorrente desta forma de vitimização. Apesar disto, ainda em sete casos os homens autoidentificaram-se como vítimas, o que parece estar relacionado com o tipo de violência, a sua gravidade e com a necessidade de tratamento médico associado.

O *coping* reportado nas notícias como mais utilizado pelas vítimas é a ajuda informal (Lettiere & Nakano, 2011; Machado et al., 2016; Machado, 2016). Existem algumas diferenças em termos de sexo, primeiro quanto à taxa de pedido de ajuda, que é eminentemente superior nas MV. Segundo, a prestação de suporte que é mais diversificada e mais espontânea nas MV, contrariamente aos HV, onde suporte prestado não é coincidente (Robertson, 2018). Antagonicamente, o nosso *corpus* documental evidencia uma maior taxa de pedidos de ajuda formal, e, conseqüente formalização de queixa, dos HV ($n = 5$) e MV ($n = 4$), isto não é congruente com as estatísticas nacionais (e.g., RASI, 2017). A discrepância entre o que são as estatísticas nacionais e o que se consubstanciou no resultado da análise dos retratos mediáticos, e, essencialmente focando nos HV, pode

estar associada, à maior taxa de VF e ao impacto físico que de acordo com Machado (2016), são fatores que parecem mediar o pedido de ajuda. Pode ainda estar relacionada, com a gravidade ou cronicidade da violência e com a necessidade de tratamento médico.

Além do casal, os filhos são apresentados, pelos média, como as maiores vítimas indiretas associadas a este crime (e.g., Carvalho & Quintas, 2010). Este dado parece estar associado ao estado relacional dos protagonistas e ao contexto em que a violência ocorre, i.e., habitação do casal.

A violência em meios rurais e no contexto da habitação comum, assim como o estado relacional das vítimas, que é predominantemente atual e casado com o/a autor/a do crime, é invariável entre os sexos mediaticamente, e, é corroborado pela literatura (e.g., Almeida & Soeiro, 2010; Machado et al., 2016; Quintas et al., 2015; Tjaden & Thonnes, 2000).

A frequência da violência é predominantemente continuada, em ambos sexos (e.g., APAV, 2017; Carvalho & Quintas, 2010; Machado, 2016), isto pode dever-se essencialmente às dinâmicas abusivas, como o ciclo da violência, à não associação entre crime e determinados tipos de violência, à não apresentação de queixa e à indefinição clara dos limites de uma relação amorosa.

Um achado interessante, presente no *corpus* documental, reside no exclusivo envolvimento de MV, em relações extraconjugais, apontada nas notícias como uma motivação criminal, desculpabilizando assim, a violência contra estas, por serem infiéis, conforme nos avança Chesney-Lind e Chagnon (2017). Por outro lado, também, apenas os homens se envolveram em tentativas de reconciliação, perspetivadas nas notícias como motivações criminais, o que pode potenciar a ideia de que as agressoras foram “provocadas” por tal tentativa, congruentemente ao avançado por Scarduzio e colaboradores (2016).

Quanto aos agressores/as, os média situam-nos, na fase jovem adulto e caracterizam-nos por serem profissionalmente ativos, característica associada à masculinidade e aos ideais patriarcais, de certo modo, parecem perspetivar as agressoras, num papel masculino devido ao uso da violência. Diferem apenas nas questões emocionais, enquanto as agressoras são maioritariamente categorizadas como excessivamente emocionais (Scarduzio et al., 2016), os agressores são associados ao ciúme.

Em questões de *coping*, os média veiculam que as agressoras utilizam maioritariamente como estratégia, a ajuda formal, isto pode estar associado, a uma maior

“agilidade” com o sistema, até porque este foi desenvolvido a pensar nelas, ainda que no papel de vítimas. Robertson (2018) demonstra como os homens são estigmatizados pelo sistema, devido ao género, tendo constantemente de provar a sua inocência, a título de exemplo, em casos de regulação das responsabilidades parentais. Isto está diretamente relacionado com o *status* de vítima que é mais dificilmente atribuído aos homens (Greer, 2007). De acordo com os média, os agressores utilizam meramente a fuga, como estratégia de *coping*.

As razões presentes nas notícias para o envolvimento das agressoras em violência são, por ordem de frequência, discussões/desentendimentos, congruentemente ao avançado por Carlyle e colaboradores (2014), a não-aceitação da separação e tentativa de reaproximação, que não é corroborado pela literatura do fenómeno. Enquanto, para os agressores, verificam-se, igualmente por ordem de frequência, a não-aceitação da separação, os ciúmes, o que é congruente com o estudo de Santos e Lima (2013) e o consumo de substâncias, conforme nos avança Conde e Machado (2010).

Relativamente ao histórico criminal, as agressoras envolvem-se predominantemente em crimes relacionados com a VRI ou com comportamentos violentos contrariamente ao avançado por Carlyle e colaboradores (2014). Porém, estes crimes não foram condenados, se tivermos em conta os crimes em que as agressoras foram anteriormente penalizadas, estes associam-se a crimes de colarinho branco. Enquanto os agressores, são frequentemente associados a crimes contra as pessoas.

Quanto às penas, conforme avançado anteriormente por Armstrong (1999) e por Quintas e colaboradores (2015), a análise indica, que as mulheres são efetivamente menos penalizadas, do que os homens em contexto de intimidade, um rácio de seis para 17, respetivamente. Os agressores são predominantemente penalizados com pena efetiva e as agressoras com proibição de contactos com a vítima, apesar da violência praticada nos homens ser essencialmente física, grave e com necessidade de tratamento médico. Na consulta das estatísticas nacionais, verificamos que o número de medidas de vigilância eletrónica, em contexto de VD é de 2243 para agressores, para 19 agressoras, até ao mês de junho (DGRSP, 2018).

A violência contra os homens tende a ser desculpabilizada, mediaticamente, pela não-aceitação da separação, sentimentos da agressora e culpabilização da vítima, contrariamente ao avançado por Carlyle e colaboradores (2014). A violência contra as mulheres, pela não-aceitação da separação, ciúmes e por último, mas o único congruente

com estudos internacionais, o consumo de substâncias, como Chesney-Lind e Chagnon (2017) e Conde e Machado (2010), avançam.

No que aos estereótipos concerne, e, mais especificamente, nos relacionados à VS e às MV, a perspetivação deste tipo de violência como normal e aceitável no seio de uma relação, mostra-se desadequada e disfuncional. Por um lado, remete-nos para a violência de género, para crenças patriarcais, questões de submissão da mulher para com o homem, quase que como obrigação de manter um contacto sexual, que não se caracteriza por um desejo mútuo, apenas pela tónica relacional ou marital. Por outro lado, pode ter impacto no público, por potenciar a perpetuação e normalização desta forma de violência neste âmbito, mas também, porque, mulheres que acedam a esta informação, não mobilizem um pedido de ajuda, nem reportem a violência de que são alvo, pelo ato ser transparecido como aceitável no seio dos relacionamentos. Esta obrigação é legitimada culturalmente quanto maior for a estabilidade e formalidade da relação (Gagnon, 2004). Em contrapartida, nos homens, assiste-se a um silêncio mediático, ou seja, não existe uma única notícia relativa a VS - isto pode impulsionar, a dissociação entre VS e HV e o seu não enquadramento no domínio da VRI. Ainda prevalece a ideia de que as mulheres não podem ser agressoras sexuais - contrariar essa ideia, é neste sentido, imprescindível a uma maior consciencialização dos homens como vítimas e de todas as formas de violência em que as mulheres também são vítimas, bem como para a consciencialização das mulheres como agressoras.

A associação feita pelos média, entre violência e características da relação mostra-se inadequada, uma vez que a violência não pode ser considerada como uma estratégia consensual de resolução dos problemas do casal. A violência é a forma dos/as agressores/as para exercerem controlo sobre as vítimas (Sacarduzio et al., 2016), portanto não é um problema da relação, mas sim do/a agressor/a e do seu modo de resolução de problemas.

O relacionamento entre violência e ciúmes é problemático, porque ajuda a manter e a perpetuar estereótipos que normalizam e aceitam a violência, como “bater é sinal de amor” (Manita et al., 2009).

Por fim, este estudo apresenta como limitações, a fraca cobertura de HV e o consequente reduzido número do *corpus* de análise; o viés das crenças dos jornalistas que transmitem as notícias; o objetivo relacionado às vendas e à hierarquização de prioridades que não permite uma caracterização verdadeira da VRI; a inexistente literatura nacional

sobre o fenómeno; e a incapacidade de efetuar análise em outros veículos dos média, o que forneceria uma informação mais precisa e fidedigna.

Conclusão

O presente estudo demonstra a importância e a necessidade de estudar as mensagens transmitidas pelos média. A análise permitiu identificar discursos desadequados em torno da violência, os quais, podem, por conseguinte, posicionar o público em conceções distorcidas acerca do fenómeno.

Foram efetivamente encontradas diferenças ao nível da descrição criminal, em função do sexo (e.g., tipo de violência; necessidade de tratamento médico), porém, também existem variadas dimensões em comum (e.g., relação; frequência da violência).

Uma diferença desproporcional, em termos do sexo, refere-se ao volume noticioso. Apesar de no panorama internacional, existir uma maior consciência do homem como vítima e uma maior mediatização do fenómeno, em Portugal ainda se observa uma sub-representação noticiosa destas vítimas.

Neste seguimento, as reduzidas notícias em circulação, parecem priorizar casos mais “graves” (Wilcox, 2008 citado por Isacs, 2016), que incluem VF, com elevado impacto físico e necessidade de tratamento médico (Hines et al., 2007), fortemente associados à utilização de armas por parte das agressoras (Lewis & Saratankos, 2001). Não obstante, foi ainda possível confirmar, que as agressoras são menos penalizadas em contexto de intimidade (Armstrong, 1999; Quintas et al., 2015), apesar de, praticarem, de acordo com os média, formas de violência, consideradas mais “graves” e de os homens formalizarem mais queixas do que as MV.

Avançamos como possíveis soluções explicativas deste retrato mediático, a não identificação dos homens como vítimas (Machado, 2016), e a VP, considerada, sob uma lente patriarcal como uma forma de violência demasiado “fraca”, e, por vezes, banalizada pela vítima, por se tratar de uma forma mais subtil de violência. Por outro lado, a vergonha associada à VRI, que em associação às questões relativas à masculinidade, medeiam e dificultam o pedido de ajuda (Conde & Machado, 2010; Smith, Tran & Thompson, 2008 citado por Machado et al., 2016).

Relativamente aos estereótipos, é de salientar, a associação das agressoras a problemas mentais, enquanto os agressores aparecem associados à VS. É ainda de enfatizar, por um lado, que a associação entre a VRI e os problemas mentais, tendem a perspetivar este ato como inconsciente e desculpável, favorecendo criminalmente, o papel

de inimputável. Por outro lado, as notícias destacam o retrato patriarcal, veiculado, relativamente às MV e à VS. A fraca limitação dos papéis no casamento ou de uma relação amorosa, em adição, às crenças de superioridade masculina e submissão feminina, parecem explicar os discursos patriarcais, que podem favorecer, um posicionamento disfuncional, inviabilizando a denúncia e potenciando a manutenção da relação abusiva. Em contrapartida, a inexistente representação mediática desta forma de violência nos HV, favorece a ideia de que esta, não atinge estas vítimas e dificulta o seu enquadramento no domínio da VRI.

Em termos de discursos desculpabilizadores da violência, destaca-se, no que às agressoras concerne, a culpabilização da vítima, e no que aos agressores se refere, o consumo de substâncias. Por seu turno, nos discursos normalizadores da violência, associam-se às agressoras, características da relação, e, aos agressores, características individuais.

As atribuições causais da violência (e.g., culpabilização da vítima), a forma como é utilizada a linguagem e o retrato das vítimas e dos ofensores, deve pautar-se pela fidedignidade, e deve ser isento de discursos potencialmente disfuncionais, para que não sejam veiculadas desculpabilizações ou normalizações dos atos dos/as agressores/as nem colocada a tónica da culpa, pela violência ou pelo término da relação abusiva, na vítima. Perspetivar a violência como uma tragédia ou como uma situação cómica, por um lado, ameniza a gravidade e seriedade da situação e por outro desresponsabiliza o/a agressor/a.

Com este estudo, aspiram-se como implicações práticas a consciencialização e caracterização fidedigna e imparcial das vítimas, tendo especial atenção, às questões de género, questões socioculturais e à linguagem e caracterização difundida. Deste modo, seria imprescindível contemplar na formação jornalística a disciplina de igualdade de género, com *guidelines* de atuação concisas, com exemplos práticos, reforçando as boas práticas jornalísticas, contribuindo assim para uma atuação profissional mais inclusiva, que não fosse discriminatória, estereotipada ou (des)culpabilizadora.

Sugere-se para estudos futuros, uma replicação do estudo, com o objetivo de monitorizar as representações mediáticas, a sua manutenção ou evolução. Por outro lado, um estudo que focasse a perceção dos jornalistas, que abordasse questões relativas à legitimação social da VRI, seria imprescindível, à identificação das lacunas a colmatar, tendo em conta e controlando o fator da desejabilidade social.

Referências Bibliográficas

- Acosta, D., Gomes, V., Fonseca, A., & Gomes, G. (2015). Violência contra a mulher por parceiro íntimo: (In)visibilidade do problema. *Contexto Enfermagem*, 24, 121-7. doi:0104-07072015001770013
- Alves, B. (2015). *Homicídio nas relações de intimidade: A construção mediática do crime em homens e mulheres* (Mestrado). Universidade do Minho, Braga.
- Anderson, C., & Bushman, B. (2002). The effects of media violence on society. *Science's Compass*, 295, 2377-2378. doi:10.1126/science.1070765
- Anderson, C., Berkowitz, L., Donnersteins, E., Huesmann, L., Johnson, J., Linz, D., Malamuth, N., & Wartella, E. (2003). The influence of media violence on youth. *American Psychological Society*, 4(3), 81-110. Retirado de <https://deepblue.lib.umich.edu/handle/2027.42/83429>
- Archer, J. (2000). Sex differences in aggression between heterosexual partners: A meta-analytic review. *Psychological Bulletin*, 126(5), 651-680. Retirado de <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/10989615>
- Armstrong, I. (1999). Women and their 'uncontrollable impulses': The medicalisation of women's crime and differential gender sentencing. *Psychiatry, Psychology and Law*, 6, 67- 77: doi:10.1080/13218719909524949
- Associação Portuguesa de Apoio à Vítima. (2017). *Relatório anual de estatísticas*. Retirado de https://apav.pt/apav_v3/images/pdf/Estatisticas-APAV_Relatorio_Anual_2017.pdf
- Batista, C. (2014). *A violência interparental na vida das crianças "uma epidemia silenciosa"* (Mestrado). Instituto Politécnico de Portalegre, Portalegre. Retirado de <https://comum.rcaap.pt/>
- Bessa, S. (2012). *A mulher enquanto agressora do crime de violência doméstica* (Licenciatura). Universidade Fernando Pessoa, Porto.
- Blackford, B., Gentry, J., Harrison, R., & Carlson, L. (2001). The prevalence and influence of the combination of humor and violence in super bowl commercials. *Journal of Advertising*, 40, 123-133. doi: 10.2307/23208839
- Bozkurt, V., Tartanoglou, S., & Dawes, G. (2015). Masculinity and violence: Sex roles and violence endorsement among university students. *Social and Behavioral Sciences*, 254-260. doi:10.1016/j.sbspro.2015.09.072

- Braun, V., & Clarke, V. (2006). Using thematic analysis in psychology. *Qualitative Research in Psychology*, 3, 77-101. doi: 10.1191/1478088706qp063oa
- Busching, R., Allen, J., & Anderson, C. (2016). Violent Media Content and Effects. In J.F. Nussbaum (Ed.), *Oxford Research Encyclopedia, Communication*. New York: Oxford University Press. doi:10.1093/acrefore/9780190228613.013.1
- Bushman, B., & Huesmann, R. (2006). Short-term and long-term effects of violent media on aggression in children and adults. *Archives of Pediatrics & Adolescent Medicine*, 160, 348-352. doi:10.1001/archpedi.160.4.348
- Caridade, S., & Machado, C. (2006). Violência na intimidade juvenil: Da vitimação à perpetração. *Análise Psicológica*, 23(4), 485-493. Retirado de <http://publicacoes.ispa.pt/index.php/ap/article/view/541>
- Caridade, S., & Machado, C. (2012). Violência nas relações juvenis de intimidade: Uma revisão da teoria, da investigação e da prática. *Psicologia*, 27(1), 91-113. Retirado de http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S0874-20492013000100006&lng=pt&nrm=i
- Carll, K. (2003). News portrayal of violence and women: Implications for public policy. *American Behavioral Scientist*, 46, 1601-1610. doi:10.1177/0002764203254616
- Carlyle, K., Slater, L., & Chakroff, J. (2008). Newspaper coverage of intimate partner violence: Skewing representations of risk. *National Institute of Health*. doi:10.1111/j.1460-2466.2007.00379.x.
- Carlyle, K., Scarduzio, J., & Slater, M. (2014). Media portrayals of female perpetrators of intimate partner violence. *Journal of Interpersonal Violence*. doi:10.1177/0886260513520231
- Carvalho, N., & Quintas, J. (2010). *Perfil psicológico de mulheres vítimas de violência doméstica e as suas repercussões*. (Mestrado). CESPU, Porto. Retirado de <https://repositorio.cespu.pt/handle/20.500.11816/67>
- Campos, M. (2016). *Violência doméstica contra homens: Discursos e percepções das forças de Segurança* (Mestrado). Universidade do Minho, Braga. Retirado de <https://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/43059/1/Maria%20Jo%C3%A3o%20Machado%20Campos.pdf>
- Chesney-Lind, M., & Chagnon, N. (2017). Media Representations of Domestic Violence. *Oxford Research Encyclopedia of Criminology*. doi:10.1093/acrefore/9780190264079.013.103

- Conde, A., & Machado, C. (2010). Violência conjugal: Representações e significados no discurso mediático. *Psicologia*, 24(1), 17-47. Retirado de http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S0874-20492010000100002&lng=pt&nrm=iso
- Cortenay, W. (2000). Constructions of masculinity and their influence on men's well-being: A theory of gender and health. *Social Science & Medicine*, 50, 1385-1401. doi: 10.1016/S0277- 9536(99)00390-1
- Costa, D., Soares, J., Lindert, J., Hatzidimitriadou, E., Sundin, O., Toth, O., Ioannidi-Kapolo, E., & Barros, E. (2015). Intimate partner violence: A study in men and women from six european countries. *Journal of Public Health*, 60, 467-478. doi: 10.1007/s00038-015-0663-1.
- Demez, G. (2005). *Degisen Erkeklik Imgesi*. Instambul: Babil.
- Direção-Geral de Reinserção dos Serviços Prisionais (2018). *Estatísticas Mensais de Vigilâncias Eletrônicas*. Retirado de <http://www.dgrs.mj.pt/web/rs/estat>
- Drijber, B., Reijnders, U., & Ceelen, M. (2012). Male victims of domestic violence. *Journal of Family Violence*, 28, 173-178. doi:10.1007/s10896-012-9482-9
- Fanti, A., Vanman, E., Henrich, C., & Avraamides, N. (2009). Desensitization to media violence over a short period of time. *Aggressive Behavior*, 35, 179-187. doi:10.1002/ab.20295.
- Franklin, W. (1984). *The Changing Definition of Masculinity*. New York: Plenum Press.
- Gagnon, J. (2004). *An Interpretations of Desire*. Essays in the Study of Sexuality. University of Chicago Press.
- Gracia, E. (2014). Intimate partner violence against women and victim-blaming attitudes among europeans. *Bulletin of the World Health Organization*, 92, 380-381. doi:10.2471/BLT.13.131391
- Graham-Bermann. SA., & Seng, J. (2005). Violence exposure and traumatic stress symptoms as additional predictors of health problems in high-risk children. *The Journal of Pediatrics*, 146, 349-354. doi:10.1016/j.jpeds.2004.10.065
- Greer, C. (2007). *News Media, Victims and Crime*. In P. Davies, P. Francis, C. Greer (Ed.), *Victims, Crime and Society*. London: Sage.
- Heath , L., & Gilbert, K. (1996). Mass media and fear of crime. *American Behavioural Scientist*, 39, 379-386.

- Hines, D., Brown, J., & Dunning, E. (2007). Characteristics of callers to domestic abuse helpline for men. *Journal of Family Violence*, 22, 63-72. doi:10.1007/s10896-006-9052-0
- Isaacs, D. (2016). Social representations of intimate partner violence in the south african media. *South African Journal of Psychology*, 1-13. doi:10.1177/0081246316628815
- Kholman, S., Braig, A., Balice, G., DiRubbo, C., Placencia, L., Skale, K., Thomas, J., Flitter, J., Fereshte, M., Moeckler, H., & Aquino, S. (2014). Contribution of media to the normalization and perpetuation of domestic violence. *Austin Journal of Psychiatry and Behavioral Sciences*, 1(4), 1-6.
- Kronbauer, J., & Meneghel, S. (2005). Perfil da violência de gênero perpetrada por companheiro. *Revista Saúde Pública*, 39(5), 695-701. Retirado de http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0034-89102005000500001&script=sci_abstract&tlng=pt
- Lettiere, A., & Nakano, A. (2011). Violência doméstica: As possibilidades e os limites de enfrentamento. *Revista Latino-Americana de Enfermagem*, 19(6), 1421-1428. doi:10.1598/SO104-11692011000600020
- Lewis, A., Sarantakos, S. (2001). Domestic violence and the male victim. *Nuance*, 3, 1-15. Retirado de https://www.researchgate.net/publication/228504984_Domestic_violence_and_the_male_victim
- Machado, A. (2016). *Intimate partner violence against men: From characteristics to their meanings* (Doutoramento). Universidade do Minho, Braga. Retirado de <https://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/42585/1/Andreia%20Patr%C3%ADcia%20Guimar%C3%A3es%20Machado.pdf>
- Machado, A., & Matos, M. (2014). Homens vítimas na intimidade: Análise etodológica dos estudos de prevalência. *Psicologia & Sociedade*, 26(3), 726-736. Retirado de http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-71822014000300021&script=sci_abstract&tlng=pt
- Machado, A., Matos, M., & Hines, D. (2016). Help-seeking and needs of male victims of intimate partner violence in Portugal. *Psychology of Men & Masculinity*, 17, 255-264. doi:10.1037/men0000013

- Manita, C., Ribeiro, C., & Peixoto, C. (2009). *Violência Doméstica: Compreender para Intervir, Guia de Boas Práticas para Profissionais de Saúde*. Lisboa: Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género.
- McManus, J., Dorfman, L. (2003). Distracted by the Drama: How California Newspapers Portray Domestic Violence. *Berkley Media Studies Group*, 13, 1-23.
- Moniz, M. (2017). *Perfil psicológico de uma amostra de homens vítimas de violência doméstica acolhidos na primeira casa-abrigo masculina em Portugal*. 1-17. doi:10.13140/RG.2.2.15258.54727
- Mota-Ribeiro, S. (2010). *Do outro lado do espelho: Imagens e discursos de género nos anúncios das revistas femininas - Uma abordagem sócio-semiótica visual femininas*. (Doutoramento). Universidade do Minho, Braga. Retirado de <https://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/12384>
- Nascimento, A. (2015). *Prevalência da violência feminina contra homens na intimidade: Unidireccional ou duplo envolvimento* (Mestrado). Universidade do Minho, Braga. Retirado de <http://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/38593>
- Niolon, P., Kearns, M., Dills, J., Rambo, K., Irving, S., Armstead, T., & Gilbert, L. (2017) *Preventing Intimate Partner Violence Across the Lifespan: A Technical Package of Programs, Policies and Practices*. Atlanta: National Center for Injury Prevention and Control, Centers for Disease Control and Prevention.
- Robertson, L. (2018). Male stigma: Emotional and behavioral effects of a negative social identity on a group of canadian men. *American Journal of Men's Health*, 12, 1118-1130. doi:10.1177/1557988318763661
- Sistema de Segurança Interna Gabinete do Secretário Geral. (2017). *Relatório anual de segurança interna*. Retirado de <https://www.portugal.gov.pt/download-ficheiros/ficheiro.aspx?v=9f0d7743-7d45-40f3-8cf2-e448600f3af6>
- Santos, A., & Lima, Vera. (2013). *O Perfil do homem autor de violência cometida contra as mulheres na versão da mídia impressa paroara: Contribuições para a enfermagem* (Mestrado). Universidade Federal do Pará, Instituto das Ciências da Saúde, Belém. Retirado de <http://repositorio.ufpa.br/jspui/handle/2011/6092>
- Sacramento, O. (2005). *Os clientes da prostituição abrigada: A procura do sexo comercial na perspetiva da construção da masculinidade* (Doutoramento). Universidade do Minho, Braga. Retirado de <http://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/37019>

- Scarduzio, J., Carlyle, K., Harris, K., & Savage, M. (2016). "Maybe she was provoked": exploring gender stereotypes about male and female perpetrators of intimate partner violence. *Violence Against Women*, 1-25. doi:10.1177/1077801216636240
- Schraiber, L., Barros, C., Figueiredo, W., & Albuquerque, F. (2012). Homens, masculinidade e violência: Um estudo em serviços de atenção primária à Saúde. *Revista Brasileira Epidemiol*, 15, 790-803. doi:10.1590/S1415-790X2012000400011.
- Singer, I., Miller, G., Guo, S., Slovak, K., & Frierson, T. (1998). *The Mental Health Consequences of Children's Exposure to Violence*. Cleveland: Cuyahoga County Community Mental Health Research Institute.
- Sotirovic, M. (2003). How individuals explain social problems: The influences of media use. *Journal of Communication*, 53, 122-137.
- Storey, J., & Strand, S. (2012). The characteristics and violence risk management of women arrested by the police for intimate partner violence. *European Journal of Criminology*, 9, 636-651. doi:10.1177/1477370812453403
- Straus, A. (2004). *Women's Violence Toward Men is a Serious Social Problem*. In Gelles & Loseke (2), *Current Controversies on Family Violence* (55-77). Newbury: Sage.
- Teixeira, A. (2015). *Igualdade de género e prevenção da violência: Uma problemática educacional no desenvolvimento local* (Mestrado). Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação, Porto. Retirado de <https://repositorio-aberto.up.pt/>
- Tjaden, P., & Thoennes, N. (2000). *Full Report of the Prevalence, Incidence, and Consequences of Violence Against Women*. Washington: NIJ.
- Vala, J. (1986). *A análise de Conteúdo*. In Silva, A. S., & Pinto, J. M (Orgs.), *Metodologia das Ciências Sociais e Políticas*, Universidade de Lisboa, Lisboa, Portugal.
- Watson, D., & Parsons, S. (2005). *Domestic Abuse of Women and Men in Ireland*. Dublin: Stationery Office.
- White, K., & Dutton, G. (2013). *Perceptions of Female Perpetrators*. In B. L. Russell, *Perceptions Of Female Offenders: How Stereotypes and Social Norms Affect Criminal Responses* (101-116). New York: Springer.